

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ACTA Nº 3 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E DOIS DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZOITO**

-----No dia vinte e dois de junho de dois mil e dezoito, pelas 19.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, Sede da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, em Alqueidão da Serra, em sessão ordinária, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----1. *Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior;*-----

-----2. *Breve apresentação sobre as atividades desenvolvidas pela Casa do Povo de Alqueidão da Serra – pelo seu Presidente e Diretora Técnica;*-----

-----3. *Outros assuntos de interesse para o Concelho.*-----

-----ORDEM DE TRABALHOS:-----

-----1. *Informações da Presidente da Assembleia Municipal; (para conhecimento)* -----

-----2. *Relatório de Gestão e Prestação de Contas consolidadas - exercício de 2017; (Apreciação, discussão e votação);*-----

-----3. *Contas da empresa WRC – Agência de desenvolvimento Regional, E.I.M., S.A. e proposta de dissolução da empresa; (Apreciação, discussão e votação);*-----

-----4. *Proposta de Regulamento do Orçamento Participativo de Porto de Mós; (Apreciação, discussão e votação)* -----

-----5. *Proposta de Regulamento dos Transportes Escolares; (Apreciação, discussão e votação)* --

-----6. *Proposta de Regulamento de Bolsas de Estudo; (Apreciação, discussão e votação)* -----

-----7. *Proposta de Adesão à Associação Portuguesa de Laboratórios de Fabricação Digital – FABLABS PORTUGAL; (Apreciação discussão e votação)* -----

-----8. *Proposta de adesão do Município à Associação Internacional de Cidades Educadoras; (Apreciação, discussão e votação)* -----

-----9. *Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro; (para conhecimento)* -----

-----10. *Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. (apreciação)*-----

-----Estavam presentes na mesa a Presidente da Assembleia, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, a Primeira Secretária, Olga Cristina Fino Silvestre e o Segundo Secretário, Antonio José Jesus Ferreira. -----

-----Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Rui Augusto Marques da Silva Pereira Neves (PS), Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM),

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

José Gabriel Pires Vala (PSD), Antonio Pereira Carvalho (PS), Júlio João Carreira Vieira (PSD), Rita Isabel Santos Miguel (PS), Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD), David Miguel Feteira Salgueiro (PS), Fernanda Maria dos Santos Ferreira Marques (AJSIM), Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS), Cristiana Ferreira do Rosário (PSD), Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS), Antonio Manuel dos Santos Carreira (AJSIM), João Guilherme Cerejo Santos Costa (PSD), Elsa Cristina Leitão dos Santos (PS), Norberto Antonio Ferreira Nascimento Feteiro (AJSIM), Cecília Lopes Palma (PSD).-----

-----Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire; Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso; Filipe da Conceição Batista (JFAS) Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra; João Carlos Coelho Ferreira (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Juncal; Jorge Paulo Costa Carvalho (PS) Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Arrimal e Mendiga; Manuel de Freitas Barroso (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro; Margarida Maria Fonseca Carvalheiro Louro dos Santos (AJSIM) Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima; Antonio Rogério de Oliveira Vieira (IPP) Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras; Sandra Maria da Silva Martins (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Alvados e Alcaria; Tiago Manuel da Costa Rei (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de São Bento.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Rui Fernando Correia Marto e Marco Paulo Barbosa Lopes.-----

-----Faltaram à sessão os Vereadores Fernando Manuel Marques Amado e Sofia Margarida Amado Pereira Caetano, bem como o membro da Assembleia Municipal, Mário Alberto Rosa da Cruz, cuja falta foi considerada justificada pela mesa da Assembleia e tendo sido substituído, nos termos da lei e do Regimento, pelo membro seguinte na lista do Movimento AJSIM, pelo qual foi eleito, Patrícia Isabel Zeferino Madeira.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----Às dezanove horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão começando por cumprimentar todos os presentes. Desejou a todos uma boa sessão, esperando que a mesma decorra na defesa dos interesses próprios da população do concelho de Porto de Mós, no quadro das atribuições do Município e no uso das competências definidas por lei. Congratulou-se pelo facto de esta sessão da Assembleia Municipal ter lugar pela primeira vez, na freguesia de Alqueidão da Serra, em cumprimento do compromisso eleitoral de realizar estas sessões nas freguesias do concelho, com o objetivo de os eleitos se aproximarem dos eleitores e de se envolverem os municípios nas grandes

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

linhas da política municipal, dando voz às populações na sua dimensão cívica e de cidadania e contribuindo para o reforço e credibilização da democracia. Continuou dizendo que esta é a terceira sessão da Assembleia Municipal que se realiza fora da sede do concelho, desejando a todos um bom trabalho. Terminou dizendo que esta sessão se vai reger pelo Regimento aprovado em 23 de fevereiro de 2018. Nesta conformidade irá dar-se início ao período de intervenção do público.-----

### -----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Havendo público presente, a senhora Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se queria inscrever para usar a palavra. -----

### -----**José Perfeito Cordeiro (Alqueidão da Serra):**-----

-----Usou da palavra para questionar a situação de um caminho que foi aberto há cerca de vinte anos tendo como objetivo a passagem de camiões para os desviar da estrada principal, perguntando a razão de os mesmos não utilizarem aquela via.-----

### -----**Manuel Carvalho (Alqueidão da Serra):**-----

-----Usando da palavra fez menção à questão do saneamento na Freguesia de Alqueidão da Serra.-----

### -----**Lúcia Rosa (Alqueidão da Serra):**-----

-----Usando da palavra começou por dizer que queria questionar o senhor Presidente da Câmara sobre umas publicações que viu no "facebook" e no "site" da Câmara relativamente à atribuição dos livros para o próximo ano letivo 2018/2019. Perguntou como é que o executivo chegou à ideia de achar que os alunos que saem de Porto de Mós, o fazem porque não têm subsídios suficientes, presumindo que o simples facto de lhes atribuírem os manuais escolares referentes ao 10º ano e algum subsídio de transporte faz com que as pessoas se fixem no concelho. Continuou dizendo que queria dar os parabéns ao senhor vereador Eduardo Amaral pela proposta que apresentou referente ao financiamento do associativismo. Apesar disso, disse ainda achar as verbas pequenas atendendo ao empenhamento dos dirigentes associativos, quando a seguir vê publicada no site da Câmara uma proposta da senhora vereadora Telma Cruz de atribuição de mil quinhentos e trinta euros para a eleição dos Miss e Mister do Concelho de Porto de Mós. Em sua opinião isto não faz sentido para quem dedica dias, meses e anos às coletividades a dar o melhor de si. Prosseguiu dizendo que queria ainda questionar o senhor Presidente da Câmara em relação à verba de oitenta e cinco mil euros que se propôs atribuir ao Fundo Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal, referindo que no seu conceito, os munícipes que são trabalhadores da Câmara devem ser munícipes de primeira, pois do montante proposto, sessenta e cinco mil foram aprovados

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e no Alqueidão da Serra as pessoas querem um médico e não o têm. Terminou dizendo que gostava de saber se o senhor Presidente da Câmara acha que há munícipes de primeira e munícipes de segunda, tendo verificado a existência de máquinas, dias inteiros, a trabalhar por conta das Festas de S. Pedro e funcionários, no seu horário de trabalho, a trabalharem para as festas de S. Pedro, perguntando se acha este estado de coisas razoável.-----

-----Seguidamente usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** a fim de responder às questões que lhe foram colocadas pelos anteriores intervenientes.-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes começou por dizer ao senhor **José Perfeito Cordeiro** que, quanto à estrada que mencionou, pensa que o que lhe falta é alcatroamento. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra interveio para dar uma achega, esclarecendo que se trata de uma questão de sinalética a obrigar a circulação por aquela via. Quanto à questão sobre o saneamento, disse que ainda há pouco tempo, a pedido da população e da Junta de Freguesia, foi feito o reforço do abastecimento de água deixando de haver os problemas que até aí existiam, ao nível da pressão da água. Quanto ao saneamento, disse haver um projeto para realização do saneamento em algumas partes da freguesia.-----

-----Quanto às questões colocadas pela senhora **Lúcia Rosa**, disse que se tem apercebido que, uma das razões principais para fixar os alunos no concelho de Porto de Mós é poder ter uma oferta diferenciadora. É partir desta oferta diferenciadora, quer em condições físicas quer em termos de apoio, que os alunos eventualmente se fixam. Salientou que tem havido uma perda significativa de alunos do concelho de Porto de Mós, para os concelhos da Batalha e de Alcobaça, sendo que a maioria destes alunos, de acordo com o levantamento que foi feito, vão porque têm melhores condições. Assim desta forma, toda a oferta que se está a proporcionar, vai resultar, na sua perspetiva, em melhores condições para as famílias fazendo com que estas mantenham os alunos no concelho de Porto de Mós. Quanto aos transportes escolares, disse tratar-se de uma questão de justiça. Os transportes escolares que vão ser subsidiados para o secundário, tem a ver com os escalões do social, sendo que quem tem o escalão A não paga transporte, o escalão B paga 25% e o escalão C pagará 50%. Continuou dizendo que, relativamente à matéria do ensino, a Câmara tem um conjunto de programas em curso que irão alterar a relação que existe entre a comunidade escolar e o município, estando este muito envolvido com a comunidade em causa.-----

-----No que diz respeito ao Concurso de Miss e Mister, referiu que tem sido esta a prática dos anos anteriores, apoiando com esta verba o Agrupamento de Escolas de Porto de Mós, para desenvolver uma atividade que vai muito além do citado concurso e que envolve os alunos do concelho de Porto de Mós, considerando justo que esse apoio se mantenha, até pela envolvência de toda a comunidade escolar em torno de um projeto interessante.-----

-----Quanto ao Fundo Social, disse que este organiza as Festas de S. Pedro que são as festas do concelho de Porto de Mós. As Festas têm o envolvimento dos trabalhadores da Câmara Municipal e

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

só se tornam possíveis se todos se envolverem. As Festas de S. Pedro, foram sempre a referência de Porto de Mós nesta altura do ano. A Câmara Municipal atribuiu um apoio ao Fundo Social, que as organiza, no valor de sessenta e cinco mil euros. Este apoio corporiza um conjunto de iniciativas organizadas pelo Fundo Social e sem dúvida nenhuma elas só são possíveis se a Câmara disponibilizar o pessoal. No entanto, não foi por isso que o planeamento municipal deixou de ser cumprido. O que é feito, em termos de Festas de S. Pedro é dar a maior dignidade possível ao concelho de Porto de Mós, saindo-se destes nove dias com o orgulho de ter umas Festas que levam mais longe e melhor o nome de Porto de Mós. Concluiu dizendo que pensa que o Fundo Social é a entidade que melhor as organiza, sendo a entidade que as corporiza e que representa a vontade de todos, sendo as Festas de S. Pedro, o ponto alto da vila e do concelho de Porto de Mós.-----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior:**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a por à aprovação do plenário, a **ata nº 2 da sessão ordinária realizada em 26.04.2018**, esclarecendo que em conformidade com o disposto no n.º 3 do Art.º 34.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo, os Deputados Municipais, que não tenham estado presentes na sessão a que a respetiva ata diz respeito, não participam na sua aprovação.-----

-----Não havendo reparos a fazer ao texto da ata, a senhora Presidente da Assembleia pôs a mesma a votação tendo a mesma sido **aprovada por maioria com 2 (duas) abstenções**.-----

-----**2. Breve apresentação sobre as atividades desenvolvidas pela Casa do Povo de Alqueidão da Serra – pelo seu Presidente e Diretora Técnica:**-----

-----Seguidamente a senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a chamar o senhor Presidente da Casa do Povo de Alqueidão da Serra e a sua Diretora Técnica, a fim de procederem à apresentação a que se propuseram.-----

-----**Nuno Matos (Presidente da Casa do Povo de Alqueidão da Serra):**-----

-----Iniciando a sua preleção, e depois de cumprimentar todos os presentes, agradeceu à senhora Presidente da Assembleia Municipal o convite que esta endereçou à Casa do Povo de Alqueidão da Serra, possibilitando assim a divulgação do trabalho realizado por esta instituição. Continuou fazendo uma pequena resenha histórica sobre a Casa do Povo de Alqueidão da Serra desde a sua génese. Salientou ainda que esta é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, que foi feita por pessoas e para pessoas, desenvolvendo atividades que promovem o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas e das famílias da comunidade. Para além das suas atividades no âmbito da solidariedade social, procura-se dar resposta a todas as situações de emergência social,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apoiando os cidadãos mais vulneráveis. Além disso, a Casa do Povo assume também uma grande importância na dinamização económica da freguesia e do concelho, com a criação de postos de trabalho. Continuou dizendo que esta instituição não funciona para ter lucro mas para prestar um apoio solidário, razão pela qual espera também contar com o apoio solidário da Câmara Municipal, Junta de Freguesia e demais entidades.-----

-----Seguidamente, usou da palavra a diretora técnica da Casa do Povo de Alqueidão da Serra, Drª Anabela Simões, dizendo que atualmente a instituição tem três valências, tendo-se iniciado com o Centro de Convívio na década de oitenta e depois o Centro de Dia e Apoio Domiciliário, tendo como missão promover a melhoria da qualidade de vida da população através da disponibilização de respostas sociais de qualidade.-----

### -----3. Outros assuntos de interesse para o Concelho.-----

-----Entrando no ponto 3 do período de antes da ordem do dia, a senhora Presidente da Assembleia passou a referir que estavam abertas as inscrições para quem quisesse intervir. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, Clarisse Louro, inscreveu-se para usar da palavra na qualidade de membro da mesma, deixando a mesa da Assembleia.-----

#### -----Clarisse Louro (PSD):-----

-----Usando da palavra, começou por dizer que não pode vir a Alqueidão da Serra sem falar de saúde, porque é um dos graves problemas desta freguesia. Continuou dizendo que só após o 25 de Abril, ficou consignado na Constituição da República Portuguesa, o direito à saúde, tendo o Estado o dever de organizar os serviços de forma a poder satisfazer a comunidade nesta matéria. Neste momento um dos grandes problemas ao nível da saúde, tem a ver com o envelhecimento das populações, pelo que se torna necessária uma reorganização dos cuidados de saúde. Passou depois a fazer uma breve resenha sobre o que tem vindo a ser feito nesse sentido por forma a alcançar os objetivos pretendidos. -----

-----Questionou sobre o que é que se tem passado em Porto de Mós, para que as coisas tivessem chegado ao ponto a que chegaram. Sendo certo que a reforma começou em 2007, perguntou onde é que se tem andado, o que é que os políticos fizeram. Disse ainda não ter dúvidas que o senhor Presidente da Câmara da altura não estivesse fortemente preocupado, com este problema, até porque várias vezes se manifestou nesse sentido junto da comunicação social. Dirigindo-se ao membro desta Assembleia, David Salgueiro, disse que é preciso ter muito cuidado com o que se diz na comunicação social e quando se opina sobre isto, dado que é uma matéria muito difícil. Continuou depois referindo o que o atual executivo camarário está a fazer nesta matéria, sendo o seu objetivo a criação de duas unidades de saúde familiar. Terminou dizendo que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

gostava que todos percebessem o quão importante é que, todos no concelho de Porto de Mós trabalhassem em conjunto, para a reorganização de duas unidades de saúde familiar de saúde, de forma a que todo o concelho ficassem coberto nesta matéria.-----

-----**Antonio Manuel dos Santos Carreira (AJSIM):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, começou por fazer referencia à ação de reflorestação que a Câmara levou a cabo no passado mês de março, e na qual ele participou, considerando que foi uma iniciativa bem orientada, perguntando porque é que foi selecionado aquele local e se existe um plano de reflorestação para o concelho.-----

-----**Antonio Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, e referindo-se à temática da saúde, disse que os problemas poderão ser de várias ordens, mas para os utentes o importante é saber qual é neste momento o ponto da situação e daqui a quanto tempo é que, neste modelo, a situação estará resolvida e como é que ela irá funcionar.-----

-----**Alcides Manuel Lopes de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – PS):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, disse que queria abordar algumas questões que pensa serem transversais em praticamente todo o concelho, começando por enunciar a falta de substituição de lâmpadas fundidas na iluminação pública que provoca o descontentamento dos respetivos fregueses. Trata-se de um problema recorrente, constando-se que a EDP não faz essa substituição, bem como os temporizadores que não estão devidamente aferidos. Perguntou depois se não haverá hipótese de criação de um canal para onde as freguesias possam reportar essas situações diretamente à EDP. -----

-----Continuou dizendo que na anterior sessão desta Assembleia, ele próprio questionou sobre o plano de retoma da rega, tendo-lhe sido dito que nos próximos dias seria enviado para o Presidente de Junta um plano a dar instruções para a correta utilização da água, o que até agora não aconteceu. Outra questão que colocou, tem a ver com os incumpridores da limpeza de mato, nas faixas de gestão de combustível. Sabendo que o concelho é grande e que todas as freguesias foram já inspecionadas uma primeira vez pela GNR, o que é facto é que não lhe consta que em Mira de Aire alguém tenha recebido qualquer notificação de que está em incumprimento, havendo lá muitas dessas situações. Disse querer saber o que é que se passa relativamente ao envio das notificações para casa dos proprietários, e depois, o que é que vai acontecer quando a GNR começar a atuar. Continuou dizendo que, também foi dito na sessão anterior que havia uma equipa que se dedicava a tapar os buracos nas estradas do concelho, tendo já enviado um e-mail para a Câmara Municipal há três semanas, não tendo ainda obtido qualquer resposta.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Tiago Manuel da Costa Bento (Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento – PSD):**-----

-----Começou por agradecer à Câmara Municipal, na pessoa da senhora Vereadora do Educação, a realização da Semana da Educação na sua freguesia, salientando e louvando a iniciativa que é de manter pois permite dar a conhecer às crianças o seu concelho.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Começando por cumprimentar todos os presentes, agradeceu depois à senhora Vereadora Telma Cruz a cedência do autocarro que levou os seus fregueses ao programa televisivo “Preço Certo”. Congratulou-se com a colocação de um placard na estrada à saída de Alverca, com a indicação do nome de Porto de Mós. Disse ainda que lhe parece uma boa iniciativa trazer a TVI a Porto de Mós, o que permite levar o concelho a todo o país. Acerca disso referiu ainda que ficou um pouco triste por a equipa da TVI ter andado a fazer filmagens na sua freguesia sem que isso lhe tivesse sido dito, tendo sabido do facto por um freguês, e dizendo ter preferido saber pela Câmara Municipal de Porto de Mós.-----

-----Continuou depois dizendo que o Plano de Ordenamento do Parque está a ser alterado, perguntando se a Câmara vai pedir opinião aos Presidentes de Junta ou não, já que até agora não o fez, achando que estes deviam ser ouvidos.-----

-----Por fim, passou a referir-se à estrada da Bezerra. Na sessão da Assembleia Municipal que se realizou em Serro Ventoso, o senhor Presidente da Câmara disse que havia uma empresa a fazer um estudo, perguntando qual o ponto da situação e o mesmo no que se refere à estrada de Serro Ventoso para S. Bento, porque esta está cada vez em pior situação.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, passou a referir-se à situação de falta de médicos na sua freguesia, sendo um problema que afeta todos os que aqui residem. Depois de ouvir atentamente o que foi dito aqui na intervenção feita pela senhora Presidente da Assembleia Municipal, disse que se as coisas são de facto como foram descritas, então só pode dizer que os políticos que têm estado na área da Saúde, são mesmo incompetentes. Ao nível da sua freguesia disse que já se poderia ter feito algo mais para colmatar esta situação, compreendendo no entanto as diligências que têm sido tomadas.-----

-----Continuou depois salientando algumas questões relativas ao saneamento, dizendo saber que estão a ser estudadas. No entanto, referiu, que se tem vindo a debater com um problema que é a recolha dos dejetos provenientes das fossas apelando a que Câmara Municipal providencie no sentido da resolução deste problema, fazendo essa recolha e pondo estas pessoas a pagar o que pagariam se tivessem saneamento, por exemplo.-----

-----Referiu ainda o problema das comunicações nos lugares de Bouceiros, Casal Duro e Covas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Altas, reputando-o de problema grave no século XXI e pedindo a intervenção da Câmara Municipal junto das entidades responsáveis.-----

-----Fez ainda menção à necessidade de marcação da estrada de Bouceiros atento o perigo que a mesma oferece.-----

-----Continuou dizendo, relativamente à limpeza dos terrenos, que já foi feito muito trabalho, mas que deveria haver, por se tratar do ano zero, alguma tolerância.-----

-----Relembrou ainda a Câmara Municipal de uma situação já abordada, e que tem a ver com a criação de uma minizona industrial na sua freguesia de forma a fomentar aqui, a fixação de algumas empresas e consequentemente mais pessoas e postos de trabalho.-----

-----Terminando, desafiou a Câmara Municipal a embelezar a rotunda que está na estrada principal que dá acesso a Alqueidão da Serra, e que neste momento se encontra em mau estado.--

-----Seguidamente, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara**, que passou a responder aos anteriores intervenientes. A **Antonio Carvalho**, sobre os serviços de saúde, disse que, depois da explicação dada pela senhora deputada e Presidente da Assembleia Municipal no sentido de contextualizar a questão, a Câmara têm feito algumas reuniões, inclusive com o senhor Ministro da Saúde, por forma a tentar garantir que este projeto de criação de mais duas USF's no concelho de Porto de Mós tenha sucesso. O Município está obviamente preocupado, tendo manifestado a disponibilidade de, nas situações mais complexas, poder dar resposta quanto a prover recursos humanos administrativos. Quando isso não foi possível por razões que se prendem com o sigilo, o Município ofereceu transporte aos utentes tentando assim garantir os cuidados de saúde necessários.-----

-----Ao senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire** disse que já lhe havia dito, no que respeita à questão das lâmpadas fundidas, que há uma aplicação da EDP que possibilita esse contato direto, sendo o mesmo muito mais rápido que enviar as reclamações para a Câmara.-----

-----No que diz respeito ao plano de contenção, disse que o mesmo está a ser ultimado, prevendo que terá início no princípio do mês de Julho, estando previstas diversas iniciativas com vista à sensibilização das pessoas para o problema da água.-----

-----Quanto à questão das faixas de gestão de combustível, disse que se continua no terreno, estando previsto que na próxima semana esteja uma equipa mais pesada na parte de cima de Mira de Aire que vai abrir um caminho que foi solicitado pelos Bombeiros Voluntários daquela vila e freguesia. O restante trabalho continua no resto do concelho com duas equipas que foram contratadas para o efeito. Referindo-se depois à equipa dos tapa buracos, disse ao senhor Presidente da Junta de Freguesia que este já a conhece, mas havendo dez freguesias no concelho, esta gestão é feita da forma mais equilibrada, rigorosa e equitativa possível. -----

-----Ao senhor **Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento**, disse ter sido muito agradável a Semana da Educação que ali teve lugar, dando especial ênfase à forma como a população de S.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Bento recebeu, tendo acolhido de braços abertos esta iniciativa e tendo-se envolvido.-----

-----Relativamente às palavras do senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso**, disse que as filmagens foram feitas por iniciativa da TVI e ainda bem que foram a Serro Ventoso porque significa que gostaram daquela freguesia. Continuou dizendo que, no que diz respeito ao programa especial de ordenamento, a Câmara Municipal teve duas reuniões de concertação com a senhora diretora do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e com a equipa técnica, sendo que o que foi feito até agora decorre da legislação, chegando o momento em que os senhores Presidentes de Junta intervirão, quando for a consulta pública. Quanto à estrada da Bezerra, disse que foi recebida esta semana a proposta da contenção, estando a mesma para análise e querendo a empresa vir ao terreno. No que se refere à estrada de Serro Ventoso, não está no plano para este ano, iniciando-se alcatroamentos nas estradas de Telhados Grandes, Pia Carneira e Paiã, no próximo mês e mais alguns alcatroamentos pequenos, sendo que estas vão ser concretizadas de imediato. A estrada que referiu, disse, tem que ser estudada com algum cuidado, pois se trata de uma obra de grande dimensão que, para além do mais, é estruturante.-----

-----Ao senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra** disse, em relação aos médicos já respondeu, não tendo neste momento muito mais a dizer sobre esta matéria, podendo tê-lo na segunda-feira ao final do dia. Em relação ao saneamento, disse ter em curso alguns projetos que estão a ser reformulados de forma a poderem ser objeto de candidaturas. Depois há um conjunto de projetos mais pequenos cujo concurso será lançado muito em breve. Disse ainda que tem estado a negociar, estando esta negociação ainda em aberto, a aquisição de uma viatura, em parceria com o município da Batalha, de forma a poder dar resposta às situações que referiu, de despejos das fossas domésticas, incluindo na fatura da água os custos do saneamento.---

-----No que diz respeito às comunicações, disse que esse é um problema que acontece não só no lugar de Bouceiros, mas em toda a freguesia de S. Bento, também. O anterior executivo assinou um protocolo com a Vodafone há uns anos atrás. Uma das primeiras reuniões que fez, foi com um dos responsáveis da Vodafone para perceber em que ponto é que estava aquele protocolo. Ao que sabe, aquele protocolo foi assinado no âmbito da responsabilidade social da Vodafone, dando resposta a populações em territórios de baixa densidade e essa resposta seria de alguma forma reconhecida enquanto mérito social, pelo facto de o terem feito. Disse ainda saber que a Vodafone esteve no terreno a perguntar às pessoas se eram clientes cuja maioria terá respondido que não, não precisando de ser clientes, pois não tinham rede, dizendo então a empresa que assim não valia a pena. O município é cliente da Vodafone e provavelmente vai deixar de o ser, pois foi posto em cima da mesa de forma objetiva esta questão, tendo entretanto avançado o projeto da Barrenta que ficará concluído entretanto. Aguarda portanto que a Vodafone lhe diga qual o ponto da situação, tentando ainda perceber se outros operadores querem assinar um princípio de acordo, no sentido de poderem servir aquelas populações.-----

-----Quanto à marcação da estrada de Bouceiros, estes trabalhos já estavam previstos, sendo

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

adjudicados depois do alcatroamento em S. Bento, de forma a fazer-se tudo de uma vez. No que se refere à limpeza da rotunda que referiu, disse que a equipa continua a limpar, mas que este ano deixou de se poder contar com a equipa dos sapadores para esses trabalhos, salientando ainda que, apesar de tudo, já muito trabalho nesse âmbito foi feito em Alqueidão da Serra.-----

-----O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra** pediu ainda a palavra para acrescentar, no que se refere ao saneamento, que a Batalha pode estar a negociar a aquisição do veículo mencionado pelo senhor Presidente da Câmara, mas, salientou, a Batalha já oferece esse serviço. Acrescentou ainda que, já o Ex-presidente João Salgueiro falava nessa aquisição, e ele, é Presidente da Junta há cinco anos, e ainda está à espera.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia respondeu depois a **Antonio Carvalho** dizendo que não haja dúvidas de que só haverá médicos no concelho com a criação das Unidades de Saúde Familiar.-----

-----Seguidamente, usou da palavra o senhor **Vereador Eduardo Amaral** respondendo a **Antonio Carreira**, sobre as questões colocadas sobre a ação de reflorestação que teve lugar no passado mês de março começando por o felicitar pela sua participação na mesma. Continuou dizendo que o município de Porto de Mós este ano lançou um projeto que era o Plantar, que passava não só por essa reflorestação, mas também pelo trazer das árvores autóctones para o Parque Verde, onde estão. Todas as escolas do concelho estão ali representadas, tendo ficado cada uma, com a adoção da sua árvore. Disse depois, respondendo, que o facto de não se ter plantado numa zona ardida, foi por não ser possível, e quem escolhe as zonas onde se planta é o Parque Natural. -----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, com especial relevância à população de Alqueidão da Serra e da Junta de Freguesia que hoje os recebe, passou a dizer que hoje se tem aprendido muito nesta sessão, dando especial ênfase à dissertação do senhor Presidente da Casa do Povo de Alqueidão da Serra que deu a conhecer o modo de funcionamento desta instituição. Também com a palestra, não da deputada, mas da Doutora Clárisse Louro, muito se aprendeu aqui, sobre um tema muito polémico, acrescentando o conhecimento de como estas coisas funcionam. Disse depois à senhora Presidente da Assembleia que pensava ter ficado acordado que estas Sessões da Assembleia Municipal teriam lugar as vinte horas e não às dezanove, sendo a esta hora apenas quando o número de pontos da convocatória justificasse a antecipação em uma hora, a respetiva sessão.-----

-----Ao senhor Presidente da Câmara disse querer deixar duas questões, que lhe têm vindo a ser colocadas por alguns munícipes: a primeira tem a ver com o saneamento que está prometido para

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a zona da Cumeira, Albergaria e Pinhal Verde perguntando se se pode contar com ele e se já há algum concurso aberto. Uma segunda questão, disse querer chamar a atenção ao senhor Presidente da Câmara sobre o Presidente de Junta de Freguesia do Juncal, que sendo uma pessoa com muita capacidade e muito reconhecida, não tem disponibilidade para se dedicar aos problemas da freguesia segundo informações da população, pedindo ao senhor Presidente da Câmara que lhe desse mais disponibilidade. -----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Cumprimentou todos os presentes, deixando um cumprimento especial ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra. Continuou dizendo que em fevereiro passado, aquando da visita do Ministro da Agricultura, o senhor Presidente da Câmara afirmou que não tinha meios financeiros para se substituir aos privados na limpeza dos terrenos, querendo saber se a todos os privados que não tenham capacidade financeira vai negar essa ajuda e esse apoio real às populações. É sabido que nem toda a gente tem os meios necessários para salvaguardar a limpeza das suas matas. Todos sabem que tem sido descurada a limpeza junto das zonas industriais, também não têm sido devidamente acauteladas. Todos sabem que tem sido descurada a limpeza junto das estradas municipais e caminhos florestais. O reforço que anunciou, com máquinas de rastos e abertura de alguns acessos na Serra dos Candeeiros são muito importantes, mas junto das populações é também necessário reforçar esse trabalho. O Ministro referiu na altura que se restringissem os gastos com outras atividades nomeadamente com festas, em prol dessas atividades de limpeza das matas, perguntando se não o pretende fazer ou se eventualmente vai inverter essa tendência.-----

-----Em segundo lugar, os arranjos urbanísticos, como já aqui foi falado, em muitos sítios, como rotundas, valetas, passeios, são visivelmente aspetos em que tem havido um completo desleixo, quando se está na eminência da visita de milhares de pessoas que acorrem a Porto de Mós, por via das Festas de S. Pedro, perguntando se não tenciona ter algum cuidado em relação a isso. -----

-----Terminou fazendo um reparo, à senhora Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que esta parece estar algo confundida com a posição das pessoas e sobre o que se está aqui a fazer. Continuou dizendo que foi eleito democraticamente para estar aqui a representar a população que o elegeram, e a senhora Presidente por vezes parece pretender substituir o senhor Presidente da Câmara, tendo a certeza que o senhor Presidente tem toda a capacidade para fazer o trabalho dele não necessitando da sua ajuda para o desenvolver. Por fim, disse, lamentar a sua "azia" em termos familiares, sugerindo-lhe que a ultrapasse.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse dirigindo-se à senhora Presidente da Assembleia Municipal, que fez uma explanação muito interessante sobre a saúde, tecendo alguns

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comentários sobre a extensão da mesma.-----

-----Fez depois referência a um artigo que foi publicado na revista Sábado, um trabalho de fundo sobre Porto de Mós, o que muito o sensibilizou.-----

-----Passou depois a referir que já alguém aqui, hoje, levantou a questão das Festas do Concelho, dizendo que também o queria fazer, porque as festas do concelho são o evento mais importante do concelho de Porto de Mós e aquele que mais transporta Porto de Mós para fora das suas fronteiras. Para além disto tudo, as Festas do Concelho são o ponto de encontro das freguesias e da comunidade em geral, sendo lá que se reveem amigos que não se vêem durante todo o ano. Portanto, para si, a questão importante que se coloca é o modelo de organização das Festas que se realizam e não o valor que lhe está afeto. Sendo as Festas património do concelho, importa saber quem é que as pensa e a responsabilidade de pensar as Festas não é do Fundo Social dos Trabalhadores da Câmara. Continuou dizendo que este modelo no início deu muito bons resultados, mas que nos últimos dois anos tem havido algum afrouxamento, parecendo que o modelo está a começar a ficar gasto, tendo apenas uma ancora que são as tasquinhas. Fez depois uma recomendação, sugerindo ainda ao executivo camarário criar uma comissão com alguns elementos da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia, que possam todos os anos fazer um balanço das Festas, pensando as Festas para o futuro.-----

-----Continuando, passou a dizer que o concelho tem muito problemas conforme já foram aqui referidos, ao nível da saúde, do saneamento e outros, mas o maior problema que o concelho tem é a sua falta de futuro se não inverter a tendência populacional que tem, referindo que nos últimos cinco anos o concelho perdeu setecentos e cinquenta pessoas entre os cinco e os trinta e cinco anos, o que representa mais de cem por ano. Salientou que este é que é o grande problema do concelho, sendo que este é um problema que se está a agravar e que se não se inverter esta tendência, daqui a vinte anos, esta terra será um dormitório de idosos e sem futuro. Inverter esta situação é uma responsabilidade que cabe a todos os que foram eleitos, por isso a grande prioridade é dotar a Câmara de um Gabinete que se dedique apenas e só ao recrutamento de investimento, porque sem investimento no concelho não é possível fixar ninguém. É necessária a criação de emprego qualificado de forma a que os jovens possam ir estudar para fora, tendo no entanto a aspiração de voltar à sua terra e aqui se fixar. Assim, a sugestão que faz ao executivo é que pense nisto e que crie condições na Câmara e aposte decisivamente na qualificação das áreas empresariais do concelho, pois neste momento não têm nenhuma das condições necessárias para oferecer a um jovem empreendedor.-----

-----**Rui Augusto Pereira Neves (PS):**-----

-----Cumprimentando os presentes iniciou a sua intervenção dizendo pensar que a senhora Presidente iria iniciar a sua intervenção a falar do plágio, dado que falou em fevereiro e abril do assunto. Pela documentação que lhe enviou, pode a senhora Presidente comprovar que ele

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

próprio, nada tem a ver com o assunto dado que em junho de 2013 não era detentor de qualquer cargo político, sendo na altura Presidente desta Assembleia o Dr. Mário Pragosa.-----

-----Passou a referir-se depois ao pedido que fez ao senhor Presidente da Câmara, de fornecimento de cópia das faturas comprovativas do que este havia mencionado na sessão de 26 de abril, e que tinha a ver com o facto de o anterior executivo, no ano económico de 2017, ter gasto um milhão e trezentos mil euros em alcatroamentos. Disse ainda que, fez esse pedido em 11 de junho, sendo o prazo de resposta de dez dias, pelo que o mesmo terminará na próxima segunda-feira, mas que estando agendada esta sessão não vê por que razões não lhe foram fornecidas as cópias hoje, porque até seria interessante verificar se foram gastos um milhão e trezentos mil euros em alcatroamentos, e se efetivamente o foram, foi um desperdício de dinheiro, perguntando ao senhor Presidente da Câmara se este confirmava que foram gastos, em 2017, um milhão e trezentos mil euros pelo anterior executivo, em alcatroamentos.-----

-----Fez ainda menção ao facto de esta sessão ter início às dezanove horas, quando o Regimento prevê que seja às vinte horas, salvo se houver entendimento entre os presentes. Ora tal não aconteceu porque as bancadas desta Assembleia não foram consultadas para o efeito. Recomendou que quando esta situação voltar a acontecer, se informem os líderes das bancadas dessa pretensão.-----

-----Terminando, perguntou ao senhor Presidente da Câmara se, desde que entrou em funções, houve alguma área do município, que lhe exigisse a contratação de avançados e quantos.-----

----- Seguidamente, a senhora Presidente da Assembleia passou a usar da palavra dizendo que iria responder ao senhor deputado municipal David Salgueiro, uma vez que este se lhe dirigiu de uma forma que considera menos correta, utilizando a expressão "azia". Continuou dizendo que não é o executivo nem pretende ser, é a Presidente da Assembleia Municipal. No entanto, disse ter-se comprometido a ajudar a população deste concelho a resolver os seus problemas, pretendendo ajudar, sempre que puder, em todas as soluções, em colaboração com o executivo. Trata-se de uma equipa, e enquanto Presidente desta Assembleia ouve todos, tentando sempre resolver, dentro das suas competências, os anseios e problemas das populações.-----

-----Relativamente aos horários de início da Assembleia Municipal, passou a dizer que o Regimento diz que "*As sessões da Assembleia Municipal terão o seu início entre as 19 e as 20 horas do dia marcado, desde que esteja presente a maioria legal dos seus membros*". Por entender que seria melhor para todos o início da sessão às 19.00 horas, assim decidiu. No entanto se isso causa transtornos aos senhores deputados, da sua parte não vê inconveniente que as mesmas se passem a iniciar às 20.00 horas.-----

-----A **Rui Neves** respondeu acerca do assunto do plágio, que efetivamente no dia 13 de junho de 2013 este não exercia qualquer cargo público no Município de Porto de Mós. Mas, ressaltou, a queixa apresentada pelo Dr. Luís Gil não ocorreu nessa data, mas sim em 25 de setembro de 2015,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dirigida ao senhor Presidente da Câmara, João Salgueiro, que passou a ler, tendo este despachado para o senhor Presidente da Assembleia Municipal analisar, sendo na altura Presidente deste órgão, o agora deputado municipal Rui Neves. Continuou ainda dizendo que não está a questionar ou afirmar nada, porque o senhor deputado poderia não ter visto o e-mail e também não era sua intenção suscitar o assunto, mas como foi interpelada, resolveu esclarecer. Referiu ainda que o Dr. Luís Gil já esteve presente na sessão de 23 de fevereiro, interpelando a senhora Presidente da Assembleia no sentido de se repor a verdade, mas sendo o plágio um crime, terá que ser o tribunal a declará-lo ou não e a determinar as medidas a aplicar. A documentação está disponível para quem a quiser consultar, faltando saber o que deve a Assembleia fazer para resolver esta situação.--

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que em relação a este último assunto que foi abordado, o queixoso queixou-se ao Presidente da Câmara, que despachou para o Presidente da Assembleia Municipal e a seguir o líder de bancada do PS, Antonio José Meneses Teixeira, apresentou a renúncia ao mandato. Depois de ter conhecimento disto, disse achar que a Assembleia Municipal tem obrigação moral de, perante um crime, enviá-lo para o sítio certo, que é o Ministério Público, sendo isto que quer pedir à senhora Presidente. Do que se está a falar é do plágio de um trabalho que era para ser feito por alguém que recebia uma avença da Câmara para o fazer, e que em vez de fazer o seu trabalho copiou e plagiou uma tese de mestrado. A partir do momento em que os membros desta Assembleia tomaram conhecimento destes factos, são todos responsáveis.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder aos anteriores intervenientes dizendo a **Luís Almeida** sobre a questão do saneamento, que havia um antigo projeto ainda elaborado pelo GAT, que serviu de base para apresentar uma candidatura conjunta dos municípios de Porto de Mós, Batalha, Leiria e Marinha Grande. No entanto e em paralelo, tiveram que ser feitas um conjunto de alterações, porque passados estes anos todos, a configuração do terreno mudou, estando em curso essa execução do projeto e estando também a tentar faseá-lo. Se eventualmente se atrasar esta candidatura, pelo menos a parte inicial da Cumeira será objeto de concurso, ainda este ano, para assim se poder avançar com a obra.-----

-----No que se refere ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Juncal, disse que este quando foi eleito, trabalhava a sessenta ou setenta quilómetros do Juncal. Hoje ele está a trabalhar mais próximo, e nas questões mais urgentes ele tem toda a disponibilidade e sendo o senhor Vereador Marco Lopes também do Juncal, também colabora com ele na resolução de algumas das situações mais complicadas.-----

-----Quanto a **David Salgueiro**, respondeu que de facto o Decreto Lei 124/2006 diz para se limparem faixas, que é o que está a ser feito, sendo também por isso que algumas coisas na vila não estão tão cuidadas, porque os sapadores estão a ocupados nessas operações. Prosseguiu dizendo

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que neste momento estão a ser levantados autos, sendo que o concelho de Porto de Mós, segundo apurou, é um dos concelhos com menos autos de notícia levantados. O que o Comando da GNR lhe transmitiu, é que o concelho de Porto de Mós, tanto da parte do Município, como da parte dos particulares está mais à frente que a generalidade dos outros municípios. Sendo óbvio que isso lhe agrada, a legislação, disse, é um verdadeiro exagero, não sendo possível às Juntas de Freguesia a limpeza do que lhes compete no tempo útil que têm. Teceu depois algumas considerações referindo que este é um trabalho inesgotável, e que os trabalhos que foram feitos em Abril ou Maio estão neste momento em claro incumprimento, porque o mato, em apenas um mês, cresceu cerca de um metro. Concluiu dizendo que se vai continuar a trabalhar, mas que este é um trabalho interminável. Quanto à substituição da Câmara aos particulares nesta questão da limpeza de terrenos em caso de estes não terem condições de o fazerem, acontecerá quando o particular já tem um auto de contraordenação estando sujeito ao pagamento de uma coima. Se a Câmara fizer essa limpeza, irá, por força da lei, imputar esses custos ao referido munícipe, o que significa uma dupla penalização. Continuou dizendo que a Câmara tem vindo a limpar o que lhe compete, não podendo no entanto, substituir-se à Infraestruturas de Portugal, que não limpam nada.-----

-----Quanto à questão das obras estruturais, aquilo que foi feito por este executivo foi pegar nas obras que estavam em curso e dar-lhe continuidade, coisa que o anterior executivo há doze anos não fez, porque uma das suas primeiras obras foi deitar abaixo a rotunda do Rossio, porque era uma obra do regime anterior. Aquilo que este executivo fez foi pegar nos projetos que existiam, que eram nenhuns, e fazer projetos, perguntando se se acha que se faz um projeto de uma obra estruturante em sete meses.-----

-----A **Júlio Vieira** disse que o que está a incomodar é que Porto de Mós está a chegar mais longe, está a ficar mais conhecido, dizendo que se sente orgulhoso em mostrar àqueles que não são daqui o que é este concelho e o que é que tem para oferecer. Nesta conformidade, foi decidido pelo executivo dar a conhecer, com uma amplitude nacional, as Festas do Concelho, e por isso no próximo domingo, a TVI irá fazer, em direto de Porto de Mós, seis horas de emissão o que de certeza irá ser relevante para o concelho, dando a conhecer o que de melhor aqui existe.-----

-----Quanto às Festas de S. Pedro, o Fundo Social organiza-as segundo o modelo conhecido, sendo uma das grandes preocupações da Câmara acabar com o parque de estacionamento em que se transformou a vila de Porto de Mós por essa altura, havendo comerciantes que tiram férias nessa altura, o que não faz qualquer sentido. Há que dinamizar a vila para que esta viva com a mesma intensidade as Festas de S. Pedro, porque estas não são apenas tasquinhas. Existem algumas coisas que já estão pensadas e outras que já estão em curso, referindo-se a uma exposição de âmbito mundial que vai ser inaugurada amanhã, estando presentes os maiores "designers" e arquitetos do mundo, com peças em Porto de Mós, sendo a primeira vez que será exposta na rua, ao ar livre, em Portugal. Disse depois que, um evento desta amplitude, como são as Festas de S. Pedro, merece ser pensada por mais que uma ou duas cabeças, achando que se pode criar um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

grupo de trabalho para se encontrarem soluções.-----

-----Relativamente à tendência de perda de população, disse ser essa uma preocupação do executivo, sobretudo de população jovem. Falou hoje aqui da questão específica da educação, mas existem outras preocupações no sentido de fixar pessoas, nomeadamente levar por diante o projeto da área de localização empresarial de Porto de Mós, que é fundamental. Foi lançado o concurso para o projeto. Como se sabe a ALE atrasou porque a CCDR exigiu uma avaliação de impacto ambiental que o anterior executivo não fez. A aquisição de terrenos está a decorrer a bom ritmo. Disse ainda que estão em curso outras áreas que são de fixação de jovens no sentido de lhes darem oportunidades, falando de uma incubadora de empresas ou de uma *fablab*.-----

-----Terminou dizendo que há todo um conjunto de propostas transversais que têm como objetivo primordial a fixação de pessoas no concelho de Porto de Mós.-----

-----Respondendo depois a **Rui Neves**, disse que segunda-feira irá receber a documentação que solicitou. Foi um ano de documentação que se teve de procurar e os serviços não podiam parar. Os dois avançados que referiu, são contratados ao abrigo do Programa de Insucesso Escolar, no âmbito de um programa da Comunidade Intermunicipal em que estão envolvidos todos os municípios. Aqui foram contratados um terapeuta da fala e uma psicóloga no âmbito deste programa, e será contratada também uma professora primária para dar apoio aos alunos com mais dificuldades de aprendizagem, havendo uma comparticipação de 85%.-----

-----**Antonio Manuel Sousa Pires (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, passou a dizer que estranhou aqui as palavras do deputado municipal Rui Neves, por ele questionar o questão do plágio. Disse lembrar-se que era Presidente da Assembleia Municipal o Dr. Mário Pragosa quando Antonio José Meneses Teixeira apresentou a proposta de classificação das pontes. No entanto, quando a senhora Presidente da Assembleia disse que o senhor Presidente da Câmara em 2015 lhe endereçou o *e-mail* que referiu, não se lembra de alguma vez à Assembleia Municipal ter chegado tal informação. Sobre o que a senhora Presidente fará para solucionar este assunto, disse estar à disposição para prestar toda a colaboração no sentido de se repor a verdade.-----

-----Disse depois que há uma situação que não quer deixar passar, porque lhe é cara e há muitos anos que anda a falar nisso, disse, referindo-se às obras do hotel e da Central, e questionando o senhor Presidente da Câmara sobre isso.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Cumprimentou todos os presentes, bem como felicitou o senhor Presidente da Casa do Povo de Alqueidão da Serra pelo excelente trabalho que desenvolve e pelos cuidados que presta a esta população. Referindo-se ao estado da saúde no concelho, disse que urge encontrar-se uma solução rápida que permita repor a normalidade, estando convencido que o executivo e o senhor

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara estão empenhados na resolução deste problema. Como se sabe, disse, este executivo está determinado em cumprir o que assumiu com as pessoas, de nada valendo os argumentos apresentados demagogicamente pela oposição acerca das opções políticas tomadas por este executivo e que são da sua responsabilidade. Foi isso que assumiram com os munícipes e que votaram a seu favor. Como é sabido por todos, uma das bandeiras assumidas por este executivo foi colocar Porto de Mós no mapa. Por isso está em atividade contínua, não se tratando de festas e festinhas, mas atividades relevantes levando o nome de Porto de Mós o mais longe possível e sempre por boas razões. Continuou dizendo que, este executivo está a dar continuidade às ações já desenvolvidas pelo executivo anterior - todas aquelas que se enquadram no seu projeto são contempladas, e muitas outras são novas. Estratégias de comunicação estão a ser utilizadas para promover todo o concelho de Porto de Mós, freguesia a freguesia. Sabe-se que isto tem um custo, foi orçamentado e aprovado, ao contrário do que foi e é afirmado por alguns elementos desta Assembleia. Este investimento na cultura e turismo, em nada substituiu os restantes nas infraestruturas, na educação, na saúde, na ação social, ou outros investimentos previstos. Aqui não há desvios nem gastos extras. Há uma gestão rigorosa dos valores cabimentados em orçamento. Tudo está a ser projetado e a seu tempo será executado. Se muitas das coisas não acontecem mais cedo é porque existe qualquer razão que o impede – ou falta de projetos, ou candidaturas pendentes ou qualquer outra razão alheia à vontade do executivo. A seu tempo será ultrapassada certamente. O projeto de desenvolvimento que se pretende para o concelho é um projeto integrado – as acessibilidades rodoviárias, a água, o saneamento, tudo fará parte. Nada vai ficar ao acaso. A oposição que esteja tranquila, disse. Terminou dizendo que o executivo vai primar por honrar os seus compromissos.-----

-----Seguidamente usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara**, que, respondendo ao deputado municipal **António Pires**, disse que reuniu esta semana com os técnicos do hotel, que está na fase final da concertação, tendo um pedido de informação prévia aprovado, estando em prazo até final de outubro/princípios de novembro, avançando até lá, com certeza, com o projeto final e conseqüentemente com a obra. No que diz respeito à Central, disse que o processo neste momento está parado, estando o empreiteiro a retirar os materiais que lá tinha, estando o processo a ser acompanhado pelos advogados. Com também é sabido, há um processo em tribunal contra o município, instaurado pelo empreiteiro, que pretende uma indemnização de cerca de novecentos e cinquenta mil euros. O que existe neste momento é a tentativa de acordo, antes do processo prosseguir os trâmites judiciais. Em paralelo, está a ser ultimado pela "Implenitus" o caderno de encargos para lançar novo concurso, no entanto há a recomendação dos advogados de os valores unitários serem validados por uma entidade externa, do setor, a fim de o município ficar salvaguardado relativamente a situações idênticas à que aconteceu com o anterior empreiteiro, ou seja, em que uma parte importante da despesa é imputada à 1ª fase da obra. Assim

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

neste momento, o executivo está a trabalhar naquela que seja a melhor solução para o Município de Porto de Mós.-----

-----Referindo-se depois à intervenção de **Gabriel Vala**, disse que, no que diz respeito às festas e principalmente às festas de S. Pedro, que são as Festas do Concelho de Porto de Mós, estas são as festas que fazem a coesão territorial e social. Por isso, foi decidido alargar o espetro daquilo que são as festas de S. Pedro em si, e dar-lhe também, outro tipo de envolvimento, procedendo-se amanhã à tarde à entrega dos Prémios D. Fuas, traduzindo-se no reconhecimento do concelho de Porto de Mós, às empresas PME Líder e PME Excelência do concelho, o reconhecimento, em termos de responsabilidade social à Caixa de Crédito Agrícola e o reconhecimento ao maior grupo empresarial do concelho, o Grupo Meneses, que agora se chama Mekkin, que vai receber também este reconhecimento, não só porque é o maior empregador do concelho, mas também o maior grupo empresarial e a maior exportadora do concelho de Porto de Mós e uma das maiores da região. Continuou dizendo que existem no concelho muitas empresas empregadoras e infelizmente pouca mão-de-obra para este tecido empresarial.-----

-----Seguidamente a senhora Presidente da Assembleia passou ainda a referir a questão do e-mail recebido pelo senhor Presidente da Câmara em 25 de setembro de 2015 referente ao pedido do Dr. Luís Serrão Gil, fazendo menção ao facto de este apenas o ter remetido à Assembleia em 4 de dezembro do mesmo ano.-----

### -----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

#### -----**1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal;**-----

-----Dando início ao período da ordem do dia, começou por dar algumas informações ao plenário. Disse depois que foi convidada para participar no Fórum da Aviação Civil em Monte Real, referindo que sobre este assunto irá convocar uma sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, pois é um assunto que tem de ser debatido nas assembleias. Agradeceu ainda os convites que têm vindo das Juntas de Freguesia e não só, a quem agradece. Terminou dizendo que neste mandato, as senhas de presença dos membros da Assembleia têm vindo a ser pagas logo após a realização de cada sessão e não apenas no final do ano, como era hábito, como todos já devem ter reparado, e apenas para que fique registado.-----

#### -----**2. Relatório de Gestão e Prestação de Contas consolidadas - exercício de 2017;**-----

-----Sobre este assunto, usou da palavra do senhor Presidente da Câmara dizendo que, o relatório supra é obrigatório nos termos da lei, porque a Câmara é Associada de uma empresa – a WRC – Agência de desenvolvimento Regional, E.I.M., S.A – com a qual se consolida, vindo o ponto seguinte da ordem de trabalhos, na sequencia disto.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Antonio Manuel Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que apenas queria referir a ressalva do revisor que diz que o valor que foi provisionado não é suficiente para os sete mil e quinhentos euros.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM):**-----

-----Usando da palavra disse que sobre isto há pouco a dizer e que o que este ponto tem de melhor é o ponto três, com a proposta de dissolução da empresa. Referiu ainda que neste ponto se trata apenas de consolidar as contas da Câmara e que em nada vai influenciá-las.-----

-----**Antonio Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que o mais importante aqui é verificar-se que às vezes se criam empresas com dinheiros públicos, só para alguém ganhar dinheiro, e depois a seguir são dissolvidas, pois o capital inicial desta empresa era de um milhão e trezentos e setenta e cinco mil euros e está neste momento reduzido a trezentos e oitenta e oito mil.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Usando da palavra referiu que as contas do Município já foram aprovadas na anterior assembleia e agora apenas se pretende a consolidação desta associada de escassa relevância. Referiu ainda que a participação do Município é de 0,5% do capital social, não tendo qualquer expressão.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos – **Relatório de Gestão e Prestação de Contas consolidadas - exercício de 2017** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 5 (cinco) abstenções**.-----

-----**3. Contas da empresa WRC – Agência de desenvolvimento Regional, E.I.M., S.A. e proposta de dissolução da empresa;**-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Passou a referir que a análise do relatório revela o seu fraco desempenho ao longo da sua existência, acumulando prejuízos e não cumprindo os objetivos para que foi criada, pensando que deixa de fazer sentido a sua existência. Assim, deve ser aprovada a sua dissolução.-----

-----**Antonio Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Começou por referir que isto deriva de uma exigência legal, porque o Código das Sociedades Comerciais determina que, sempre que o capital social se encontre reduzido em mais de 50% o órgão fiscalizador, neste caso, o revisor de contas, tem de propor à administração a

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

resolução do problema, que se pode fazer de duas maneiras: ou se recompõe o capital social com a entrada de mais dinheiro, ou pedindo a dissolução da empresa. Pensa que esta foi a melhor opção, pelo que votará a favor da dissolução da empresa.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM):**-----

-----Disse concordar com o que aqui já foi dito, votando também a favor a dissolução da empresa. Disse ainda que a empresa passará para o município da Anadia, que saberá o porquê de estar na disposição de ficar com uma empresa falida e dissolvida. -----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra dizendo que de facto o município da Anadia irá ficar com a incubadora de empresas e com a Universidade Sénior. O edifício é do Município da Anadia, estando em regime de comodato e o município da Anadia é um dos principais interessados na dissolução. Disse ainda que, a par do que fez o anterior executivo, também tentou vender as quotas detidas pelo município de Porto de Mos junto do município da Anadia, não se mostrando este disponível para a sua aquisição.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos – **Contas da empresa WRC – Agência de desenvolvimento Regional, E.I.M., S.A. e proposta de dissolução da empresa** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**4. Proposta de Regulamento do Orçamento Participativo de Porto de Mós;** -----

-----Usou da palavra o senhor Vereador Marco Lopes que passou a expor a proposta que foi presente e aprovada em reunião de Câmara de 08.06.2018, e que foi atempadamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal, referindo que a Câmara Municipal pretende, com a criação e implementação do Orçamento Participativo, partilhar com os cidadãos um modelo mais dinâmico para o concelho. A iniciativa visa promover uma cultura de participação e envolvimento da comunidade no novo ciclo de desenvolvimento e futuro do concelho, incentivando uma cidadania ativa e práticas de construção coletiva. Terminou dando conta de toda a tramitação do processo.-----

-----**João Guilherme Cerejo dos Santos (PSD):**-----

-----Começando por cumprimentar todos os presentes, passou depois a dizer quanto a este assunto, que este é um mecanismo que vai trazer com certeza uma maior abertura e um maior diálogo entre a população e a Câmara e vai permitir que cada vez mais as pessoas possam intervir na gestão dos dinheiros públicos. Um dos problemas que cada vez mais afeta o concelho de Porto de Mós é o facto de cada vez mais os jovens procurarem fora um futuro mais próspero. Com este mecanismo, finalmente poderão intervir ativamente, decidindo o que acham melhor para o futuro

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do concelho, achando que esta proposta só peca por tardia. Terminou dizendo que, para projeto-piloto, o valor de setenta e cinco mil euros disponibilizado, é muito bom. -----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM):**-----

-----Usando da palavra disse que é preciso elucidar as pessoas e que orçamento participativo, não quer dizer que as pessoas participem. É preciso esclarecer que um orçamento participativo é um orçamento em que várias pessoas irão fazer uma apresentação que estará sujeita a avaliação. Terminou perguntando se o valor disponível é sempre o mesmo ou se está previsto ser anualmente revisto.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que depois de tudo o que foi dito tem pouco a acrescentar, querendo deixar apenas uma nota. Em 2010 havia 23 municípios que tinham aderido ao orçamento participativo, em 2013, 83, em 2018 vão ser mais de 100, o que significa que este instrumento de participação direta e democrática está a ser aproveitado pelas populações, sejam elas jovens ou menos jovens, todos podendo participar, estando numa fase de crescimento. O que seria estranho era o Município de Porto de Mós passar ao lado deste instrumento tão importante para pôr as pessoas a participar de forma direta na vida do seu próprio concelho. Referiu compreender o que João Cerejo disse, quando referiu que o valor era bom tendo em conta tratar-se de um projeto-piloto, mas que para o futuro acha curto. Felicita o executivo por tomar esta iniciativa ao fim de sete meses, mas faz votos para que futuramente se criem mais opções de participação às pessoas.--

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----Usando da palavra disse concordar com a proposta querendo deixar uma sugestão para o futuro, pois atendendo a que faz parte do Conselho da Juventude, gostaria que a idade de participação fosse abaixo dos 18 anos, incentivando os jovens do secundário a terem alguma consciência política, constituindo uma mais-valia para Porto de Mós.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Usando da palavra referiu que quase tudo já foi dito, congratulando-se com a proposta do Orçamento Participativo apresentada pelo executivo.-----

-----Continuou dizendo que, há muito que defende que a discussão de projetos para o concelho, devem ser o mais abrangente possível. O Orçamento Participativo de acordo com o regulamento que hoje vai ser aprovado, vai dar a possibilidade às pessoas de apresentarem os seus projetos para o concelho.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra –**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**JFAS):**-----  
-----Pedi a palavra para perguntar, se o projeto escolhido não esgotar os setenta e cinco mil euros, se pode ser escolhido outro projeto, tendo-lhe sido respondido que não, tendo ele replicado ser uma pena, pois existem municípios que contemplam vários projetos com essa verba.-----

-----Seguidamente usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** referindo que o valor de setenta e cinco mil euros, pode ser alterado, sendo que o que provavelmente irá ser feito no próximo ano. Disse ainda que este é um processo lento, havendo um conjunto de etapas que têm de ser legalmente cumpridas, sendo isso que tem vindo a ser feito. Irá ser criado um *site* para este efeito, sendo também esta iniciativa divulgada pelas Juntas de Freguesia e também com sessões de esclarecimento locais, por achar que é fundamental que a população interaja e perceba a importância do Orçamento Participativo. Existem variadíssimas situações de Orçamentos Participativos, e o Município de Porto de Mós, evoluindo, pode ir discutindo qual a mais adequada à sua realidade.-----

-----Disse depois que **Samuel Costa** colocou aqui uma questão ao jeito de sugestão, respondendo que foi equacionada a idade dos dezasseis anos para os cidadãos poderem participar, mas como se está numa fase embrionária, decidiu-se, simplificar e avançar com esta proposta que lhe parece razoável, sem embargo de futuramente vir a ser melhorada, nomeadamente na questão de poder vir a ser elegível mais do que um projeto.-----

-----Sobre a dimensão do Orçamento Participativo referida por **Júlio Vieira**, disse que o próprio Estado tem um Orçamento Participativo e que existe um projeto apresentado para esta região, que abrange os territórios de Porto de Mós, Batalha e Alcanena, que está a ser dinamizado por um conterrâneo, um projeto para agricultura biológica em terrenos falgar cuja votação terá lugar até finais de setembro.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos – **Proposta de Regulamento do Orçamento Participativo de Porto de Mós** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

### -----**5. Proposta de Regulamento Municipal de Transportes Escolares:**-----

-----Usando da palavra, a senhora Vereadora da Educação, depois de cumprimentar todos os presentes, e de parabenizar a Casa do Povo de Alqueidão da Serra nas pessoas do seu Presidente e da sua Diretora Técnica, pelo excelente trabalho que tem vindo a desenvolver junto destas populações, passou a apresentar o projeto de alteração ao Regulamento Municipal de Transportes Escolares do Município de Porto de Mós, que foi presente a Reunião de Executivo Municipal de 15 de março de 2018, tendo sido deliberado submeter a consulta pública o referido projeto de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alteração ao Regulamento. Salientou a importância de se clarificarem e definirem alguns procedimentos que não estavam contemplados no antigo regulamento, e por outro lado, a introdução de um novo benefício que é a comparticipação dos transportes aos alunos do ensino secundário regular, sendo a 100% para os alunos com o escalão A, 75% para os alunos com o escalão B e 50% para os alunos com o escalão C. O referido projeto esteve 30 dias para consulta pública, não tendo sido apresentada nenhuma sugestão durante o período de consulta pública, pelo que se apresenta a versão final do documento aqui denominado: **Alteração ao Regulamento Municipal de Transportes Escolares.**-----

-----**Cristiana Ferreira do Rosário (PSD):**-----

-----Usando da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes, começou por dizer que a questão da educação, assim como a da saúde, que já aqui foi abordada, deve ser uma prioridade em prol das crianças e jovens que constituem o futuro de qualquer território. O executivo da Câmara Municipal tem vindo a demonstrar interesse nesta temática, apresentando novas soluções para melhorar a educação no concelho. Sendo iniciativas isoladas, que podem não ter um impacto imediato, acredita que é passo a passo que se constrói o futuro de forma consolidada, melhorando a oferta educativa, as condições da mesma e neste caso com o melhoramento da oferta ao nível dos transportes. Disse ainda que se fala muita vezes de justiça mas que é mais importante falar-se de equidade tendo de ter a noção das necessidades reais da população. Neste regulamento, pela primeira vez, é contemplada esta necessidade, as condições sociais e económicas das famílias, sendo estas avaliadas e classificadas nos diferentes escalões e sendo comparticipadas de acordo com os mesmos, o que lhe parece uma iniciativa a valorizar.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM):**-----

-----No uso da palavra disse concordar com a proposta apresentada pela senhora Vereadora Telma Cruz, fazendo ainda menção ao facto de se tratar de uma alteração ao Regulamento existente, propondo que se altere a designação do presente ponto da ordem de trabalhos para **Projeto de Alteração ao Regulamento Municipal de Transportes Escolares do Município de Porto de Mós**, tendo esta proposta merecido a concordância unânime de toda a Assembleia.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, em particular os cidadãos de Alqueidão da Serra, proferiu a intervenção que a seguir se transcreve.-----

-----"A alteração de fundo e de substancia do regulamento, consta dos artigos 4º e 5º.-----

-----No artigo 4º realça-se a posta clara na fixação de jovens no concelho, desincentivando-os a saírem do concelho.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----No artigo 5º é de salientar a relação direta entre o custo dos transportes e as necessidades económicas dos jovens e das famílias, pois em vez de se tratar todos os alunos por igual, aplica-se um critério equitativo, por isso mais solidário e mais justo socialmente, em vez de todos os alunos do ensino secundário beneficiarem da mesma comparticipação de 50%. Agora tem-se em conta as necessidades económicas de acordo com o escalão de cada um. As outras alterações ao regulamento, ou são de procedimento ou meras atualizações.-----

-----Mais uma vez o município demonstra uma vertente política de matriz social, ao centrar a sua linha de orientação nas necessidades das pessoas, pois, ao alterar como altera o regulamento, primeiro está a pensar nas pessoas e na fixação de jovens no nosso concelho, a educação é uma boa aposta num futuro de sucesso. Mais alunos representam mais professores, representam melhor as escolas, mais economia, mais desenvolvimento económico, social, cultural. Apostar nos Jovens hoje, é uma aposta ganha no futuro. Como disse Nelson Mandela, "A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo."-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos – **Projeto de Alteração ao Regulamento Municipal de Transportes Escolares do Município de Porto de Mós** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

### -----6. Proposta de Regulamento de Bolsas de Estudo:-----

-----Usou da palavra mais uma vez a senhora Vereadora da Educação, Telma Cruz, que passou a apresentar a presente proposta de projeto de Regulamento de Bolsas de Estudo do Município de Porto de Mós, que foi presente à Reunião de Executivo Municipal de 15 de fevereiro de 2018, tendo sido deliberado submete-la a consulta pública.-----

-----Conscientes de que existem famílias com dificuldades económicas, e tendo em conta que existia um Regulamento que estava desajustado da realidade, foi decidido pelo executivo municipal a implementação desta figura, de forma a possibilitar uma ajuda financeira nessa área para os alunos que quiserem prosseguir os seus estudos, e cujas famílias não tenham capacidade económica para suportar esse encargo, fazendo assim uma clara aposta na educação e nos jovens do concelho.-----

### -----Júlio João Carreira Vieira (PSD):-----

-----Usando da palavra, referiu que finalmente está a ser aprovado o regulamento para atribuição de bolsas de estudo aos alunos do concelho. O que era surreal era este regulamento existir desde cerca do ano 2000 e não ser aplicado. Continuou dizendo que não deve haver drama maior do que uma pessoa ter uma ou dois filhos, que têm capacidade de prosseguir os estudos no ensino superior, e por dificuldades económicas, se tem dois, tem de escolher um. Manifestou por isso, a sua satisfação por se estar hoje aqui a aprovar este regulamento. Continuou dizendo que, por

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

isso, quando houve aqui discursos a questionar sobre a realização de obras estruturantes ao fim de sete meses de mandato, seria bom que as pessoas soubessem o que há para fazer e quais as são as prioridades, pois nalguns aspetos o concelho está na pré-história. Este é um bom exemplo de como durante vinte anos a Câmara não foi capaz de implementar este mecanismo, que permite às famílias a ajuda do município na continuidade dos estudos dos seus filhos.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM):**-----

-----Usou da palavra para manifestar a sua concordância com este regulamento, considerando-o um instrumento importante no apoio às famílias, no caso de haver estudantes com condições de ingressar no ensino superior, mas que por dificuldades financeiras acabam por não prosseguir os estudos. Fez ainda um apelo aos professores, que ao sentirem que há alunos que reúnem condições para prosseguir os estudos, eles próprios informem a autarquia disso.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----No uso da palavra, passou a proferir a intervenção que a seguir se transcreve:-----

-----"Este executivo mais uma vez passou das palavras à ação.-----

-----Sendo uma promessa eleitoral, vem agora dar os primeiros passos para que a mesma seja cumprida. Mais uma vez está patente na política deste executivo, uma política social democrática colocando em primeiro lugar as pessoas com esta aposta clara e inequívoca na educação.-----

-----Este regulamento fomenta os valores de igualdade. Igualdade de tratamento e acesso ao ensino, direito constitucionalmente consagrado e que ninguém deve ser preterido só porque quis o destino que nascesse num seio familiar que não tem possibilidades económicas quando de "per si", a pessoa/estudante, tem capacidade intelectual para tirar um curso superior. Solidariedade, porque mais uma vez pensa no próximo, não como outro, mas como parte integrante de uma comunidade que se quer coesa socialmente e devem por isso ter as mesmas possibilidades e ferramentas ao dispor, para crescerem e evoluírem como pessoas. Liberdade – porque assume-se como motor de uma cidade mais justa e democrática e coloca antes e acima de tudo, a dignidade da pessoa Humana, numa visão holística. Não existem cidadãos de primeira e cidadãos de segunda, existem cidadãos que livremente traçam o seu caminho e que perante adversidades económicas ou financeiras., não podem ficar coartados naquilo que é um dos bens mais preciosos para o seu desenvolvimento pessoal, a educação, pois como já antes referi, uma aposta na educação é uma aposta numa sociedade mais justa, mais desenvolvida e mais feliz. Não fora a educação, e muito de nós, hoje possivelmente não estaríamos aqui, a começar por mim.-----

-----Por isso felicito o executivo pela sua decisão, porque depois de catorze anos a falar de bolsas de estudo, num executivo socialista, tal medida nunca foi acolhida. O que mudou? A liderança e a matriz política."-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos – **Proposta de Regulamento de Bolsas de Estudo** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

### -----7. Proposta de Adesão à Associação Portuguesa de Laboratórios de Fabricação Digital – FABLABS PORTUGAL:-----

-----Usou da palavra o senhor Vereador Marco Lopes, que passou a apresentar a presente proposta de projeto de Regulamento de Bolsas de Estudo do Município de Porto de Mós, que foi presente à Reunião de Câmara de 8 de junho de 2018, tendo a mesma deliberado aprová-la e submete-la à Assembleia Municipal, e que a seguir se transcreve:-----

-----“A Associação Fab Labs Portugal – Associação Portuguesa de Laboratórios de Fabricação Digital – é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos. Criada em Outubro de 2010, tem como objetivo principal promover o conceito Fab Labs em Portugal. Dedicar-se, a sustentar uma ação do interesse social e económico acreditando poder contribuir para a capacitação tecnológica de Portugal, uma vez que num Fab Labs qualquer cidadão tem acesso a uma rede de conhecimento e tecnologia de escala mundial seguindo uma lógica do open source.-----

-----A Associação tem como missão, a dinamização da rede Fab Labs em Portugal, assim como o aconselhamento científico e técnico aos promotores e utilizadores de cada espaço.-----

-----Pretende também promover a criatividade, atraindo para a rede conhecimentos, personalidades e eventos promotores e inovação, proporcionando mecanismos de análise e viabilização de negócio com base nas intervenções geradas no seio da cada Fab Labs.-----

-----Considerando que no contexto da criação de uma Fab Labs em Porto de Mós existe a necessidade de obter noções de criação de projetos interativos e criativos, transformar ideias em realidade, permitindo a criação de novos produtos, que por sua vez se possam transformar em valor, em emprego e em riqueza gerada no concelho.-----

-----Considerando que a adesão do Município à Associação em referência, na qualidade de sócio efetivo, nos termos do disposto no artigo 7º dos Estatutos implica o pagamento de uma quota anual, que no caso concreto e conforme comunicação da dita Associação, será no valor de 500,00€ (quinhentos euros) ficando isento do pagamento de joia de inscrição;-----

-----E tendo em conta que os municípios dispõem de atribuições no domínio da promoção do desenvolvimento, conforme se encontra plasmado na alínea m) do nº2 do artigo 23º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a Câmara Municipal delibere nos termos das disposições conjugadas da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, da alínea k) do nº1 do artigo 25º do mesmo diploma legal e do nº 1 do artigo 53º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, submeter à Assembleia Municipal a adesão do Município de Porto de Mós à Associação Portuguesa de Laboratórios de Fabricação Digital, bem como, a aceitação dos Estatutos e respetiva Ficha de Sócio, que se anexam e que ficam a fazer parte integrante da presente proposta.”-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Salientou a importância do Município se associar à Associação Portuguesa de Laboratórios de Fabricação Digital – FABLABS PORTUGAL. Uma Fablabs em Porto de Mós, acompanha e potencia a criação de ideias e projetos, apoia as empresas na criação de novos negócios, que é aquilo de que o concelho precisa. Assim tudo o que vier ao encontro de desenvolvimento e progresso do concelho é visto com bons olhos por esta bancada.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que a sua questão não tem a ver com a adesão a esta Associação, que pensa ser perfeitamente viável, mas com o projeto *Fablabs*, que é um projeto extremamente importante, virado para a indústria 4.0, contudo, disse, ainda não conseguiu perceber muito bem de que forma é que este *Fablabs* se vai desenvolver em Porto de Mós, perguntando se está virado para o empreendedorismo e para empresas da região. Disse achar que há uma oportunidade única, no sentido de a *Fablabs* poder estabelecer protocolos com as escolas do concelho. Disse ainda querer saber se isto está previsto, e qual a forma de gestão e de funcionamento da *Fablabs* de Porto de Mós.-----

-----Usou da palavra para responder ao anterior interveniente, o senhor **Vereador Marco Lopes**, dizendo que tudo isso está previsto, inclusive a colaboração com as escolas, passando a dar alguns esclarecimentos mais técnicos.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos – **Proposta de Adesão à Associação Portuguesa de Laboratórios de Fabricação Digital – FABLABS PORTUGAL** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**8. Proposta de adesão do Município à Associação Internacional de Cidades Educadoras:** ---

-----Usou da palavra para apresentar a proposta que a seguir se transcreve, a senhora Vereadora da Educação, Telma Cruz, dizendo que não se pode ficar fechado sobre si próprio, havendo a necessidade de se estar disponível para partilhar as experiências que existem noutros municípios e noutros países, razão pela qual fez esta proposta ao executivo.-----

-----“Fundada em 1994, a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) é uma Associação sem fins lucrativos, constituída como uma estrutura permanente de colaboração entre os municípios comprometidos com a Carta das Cidades Educadoras, documento que norteia e orienta as políticas a desempenhar pelos municípios integrantes. Qualquer município que aceite este compromisso pode ser membro ativo na Associação, com a independência das suas competências administrativas. No final de 2016, o número de membros ascendeu a 488 cidades de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

36 países de todos os continentes;-----

-----Considerando que a Associação tem como objetivos, proclamar e reclamar pela importância das políticas educativas nos municípios, destacando aspetos educacionais de projetos políticos de outros associados. Promover, inspirar, incentivar e garantir o cumprimento dos princípios estabelecidos da Carta das Cidades Educadoras nos vários municípios, bem como aconselhar e informar os membros sobre a promoção e a implementação dos mesmos;-----

-----Considerando que esta Associação tem também como objetivo representar os associados na execução dos seus projetos, relacionando e colaborando com organizações internacionais e entidades territoriais, como veículo interlocutor válido e significativo nos processos influência, negociação e decisão;-----

-----Considerando que uma das principais tarefas é o aprofundamento do conceito de Cidade Educadora e suas aplicações concretas nas políticas dos municípios, através de intercâmbios, reuniões, projetos comuns, congressos e todas as atividades/iniciativas que reforcem os laços entre os associados;-----

-----Considerando que um dos princípios da Carta das Cidades Educadoras é que "todos os habitantes de uma cidade tenham o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece. O direito a uma cidade educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todos os indivíduos à educação. A cidade educadora renova permanentemente o seu compromisso em formar nos aspetos, os mais diversos, os seus habitantes ao longo da vida.-----

-----E para que isto seja possível, deverá ter em conta todos os grupos, com suas necessidades particulares";-----

-----Considerando que a adesão do Município de Porto de Mós à Associação em causa, na qualidade de membro associado, implica uma quota para o ano de 2018, conforme quadro de referência em anexo, de 220€;-----

-----Propomos que o Executivo da Câmara Municipal de Porto de Mós delibere nos termos das disposições conjugadas das alíneas t), oo) e ccc) do nº1 do art.º 33º, das alíneas e) e k) do art.º 23º, ambos da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro e do nº1 do art.º 53º da Lei nº50/2012, de 31 de agosto, aplicável por força do disposto dos nº2 e 3 do ar.º 56º do mesmo diploma legal, submeta à Assembleia Municipal a adesão do Município de Porto de Mós à Associação Internacional de Cidades Educadoras, associação de direito privado, sem fins lucrativos, como associado efetivo, bem como a aceitação das orientações da Carta das Cidades Educadoras, em anexo, que se constituem parte integrante da presente proposta".-----

-----**Elsa Cristina Leitão dos Santos (PS):**-----

-----Usando da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes disse que queria fazer uma breve resenha sobre o conceito da Associação Internacional de Cidades Educadoras. Este

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conceito foi criado em 1990 pelo 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras em Barcelona e atualmente existe em 482 cidades, distribuídas por 36 países. A cidade educadora, é aquela que para além das suas funções tradicionais, reconhece promove e exerce um papel educador na vida dos sujeitos, assumindo como desafio permanente a formação integral de seus habitantes. Na Cidade Educadora, as diferentes políticas, espaços, tempos e atores são compreendidos como agentes pedagógicos, capazes de apoiar o desenvolvimento de todo potencial humano. "A Cidade Educadora deve ocupar-se prioritariamente com as crianças e jovens, mas com a vontade decidida de incorporar pessoas de todas as idades, numa formação ao longo da vida". Neste sentido, e para o caso concreto de Porto de Mós, disse que gostaria de ter mais conhecimento sobre quais os princípios, valores e critérios pelos quais se irá pautar a cidade educadora e concretamente em que moldes é que a mesma será baseada e quais as mais valias que poderá trazer para a comunidade de Porto de Mós, uma vez que é tudo muito generalista e não consegue no imediato, e de forma palpável, ver qual a mais valia que pode trazer para o concelho.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usando da palavra, fez uma intervenção do seguinte teor:-----

-----"Com a adesão à Associação Internacional de Cidades Educadoras, o objetivo será aprender, trocar, partilhar e por consequência, enriquecer a vida dos seus habitantes. A educação deve incorporar pessoas de todas as idades numa formação contínua ao longo da vida. Estamos num mundo cada vez mais global, estamos num tempo de partilha, de conhecimento, de aprendizagem, de experiências e será dessa partilha que a pessoa humana poderá alcançar a sua realização plena e consolidar a dignidade de pessoa humana, valor basilar de qualquer sociedade, muito mais de uma sociedade desenvolvida como aquela a que nós pertencemos.-----

-----A troca de experiências, e contactos, a troca de saberes, o convívio com outras culturas e diferentes políticas tornará a nossa comunidade educativa mais desenvolvida e irrefutavelmente mais rica.-----

-----Mas, senhor Presidente, não se esqueça, e seguramente que não, que ao aderirmos a esta associação, terá o executivo mais e maior responsabilidade pois, terá de intransigentemente cumprir os princípios contidos na Carta das Cidades Educadoras, em particular deverá promover a liberdade e igualdade de meios e oportunidades eliminando barreiras físicas e outras que impeçam o exercício pleno do direito à igualdade.-----

-----Deve existir, e acredito que exista, por parte do Município um forte compromisso na promoção de uma educação justa, equitativa e livre, no combate a qualquer forma de discriminação, na promoção da compreensão e paz mundial que é possível alcançar através da educação.-----

-----Deverá promover encontros intergeracionais através da partilha de projetos que envolvam

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

os mais jovens e menos jovens, onde aliás o Município já começou a dar os primeiros passos, devemos equiparar-nos aos melhores e seguir os bons exemplos de aqui e além-fronteiras.-----

-----Sugere a Carta, e reitero por baixo, que deve ser efetuado um diagnóstico que nos permita aferir das necessidades da nossa comunidade e depois a política de atuação, deve ser transparente de modo a permitir uma participação ativa dos visados. Cabendo ao executivo criar as ferramentas necessárias para o desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os habitantes.-----

-----Esta é uma Carta aberta, claro, que com o tempo, há-de evoluir mas o Município ao aceitar este compromisso deve colocá-lo em prática de modo a tornar Porto de Mós uma vila diferenciadora pela positiva, o que será uma mais valia, não só para a comunidade escolar mas também para todos os portomosenses.-----

-----A educação é o futuro e será sempre o presente que se consolida através do passado."-----

-----Seguidamente usou da palavra a senhora **Vereadora da Educação, Telma Cruz**, que, respondendo a **Olga Silvestre** disse, não ser necessária a assinatura de Cartas para promover a igualdade de oportunidades ao nível da educação, no concelho de Porto de Mós. Referiu ainda que a mais-valia na integração desta Associação é mesmo a troca de experiências. Disse ainda que o nível de concretização será avaliado com o decorrer do tempo e com a implementação no concelho, de experiências vividas e testadas noutras cidades e adequadas a esta realidade. -----

-----**Elsa Leitão** interveio ainda dizendo que a questão aqui é que, uma vez que as cidades educadoras devem ocupar-se prioritariamente de crianças e jovens, mas com a vontade decidida de intervir em pessoas de todas as idades, deve haver um objetivo concreto. Respondendo a senhora vereadora prosseguiu dizendo que o que a Associação Internacional diz, é que se deve dar resposta prioritariamente a crianças e jovens, mas que pode ser alargado a outras idades.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos – **Proposta de adesão do Município à Associação Internacional de Cidades Educadoras** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com dez abstenções**.-----

### -----9. Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro: -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra para expor o presente ponto da ordem de trabalhos, referindo que o mesmo deriva de imposição legal e cuja informação a seguir se transcreve:-----

-----“A Lei n.º8/12, de 21 de fevereiro, alterada e republicação pela Lei n.º22/2015, de 17 de março, que aprova a regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos Pagamentos em atraso, dispõe na alínea c) do n.º1 do artigo 6º que a assunção de compromissos plurianuais

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que concerne às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.-----

-----Deste modo, e por razões de simplificação e celeridade processuais, foi solicitado à Assembleia Municipal que deliberasse no sentido de emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos em que os encargos resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e também em casos cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----

-----Face ao exposto, na sequência da aprovação da referida autorização prévia genérica em Assembleia Municipal de 15/12/2017, e dando cumprimento ao artigo 22.º e Anexo I das Medidas de Execução do Orçamento da Câmara Municipal de Porto de Mós para o ano 2018, junto se anexa um quadro onde constam os compromissos assumidos ao abrigo da mesma desde 02/04/2018 a 30/05/2018."-----

-----Especificou que esses encargos plurianuais se referem ao contrato com o revisor oficial de contas para o triénio 2018/2021 e a prestação de serviços em regime de avença do terapeuta da fala e da psicóloga no âmbito do Projeto Planos Inovadores no Combate ao Insucesso Escolar, por dois anos.-----

-----**Antonio Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Usando da palavra referiu que no documento apresentado não estava descrito por quanto tempo era, ficando-se agora a saber que é por dois anos, conforme a explicação dada pelo senhor Presidente da Câmara.-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou mais uma vez da palavra dizendo que a partir de setembro se irá contratar uma professora primária no âmbito do mesmo projeto, igualmente por dois anos.-----

-----**10. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara escusou-se de fazer mais comentários sobre o relatório supra, ficando à disposição de todos os presentes para responder a qualquer questão que entendam colocar-lhe.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que irá agora dizer o que pretendia ter dito no período de antes



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da ordem do dia. Para além de todas as atividades que a Câmara vem desenvolvendo, é importante a campanha de publicidade que a Câmara está a fazer, estando a utilizar a comunicação social das mais variadas formas a fim de dar a conhecer o concelho de Porto de Mós a todo o país, felicitando o senhor Presidente por esse facto.

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Usando da palavra disse ao senhor Presidente da Câmara que não criticou o facto de a TVI ter filmado em Serro Ventoso, mas sim o não ter sido informado disso. Comentou ainda o contributo dos Presidentes de Junta para o programa da TVI.

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM):**-----

-----Usando da palavra, disse ao senhor Presidente da Câmara que sintetizasse o relatório que apresenta a esta Assembleia, reduzindo-o a duas folhas, porque assim todos o leem.

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Interveio dizendo que apenas queria agradecer ao senhor Presidente da Junta de Freguesia e à população de Alqueidão da Serra, a forma como todos foram aqui recebidos.

-----**Antonio Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Começou por dizer que Luís Almeida tem razão e que da forma como se apresenta, ninguém lê o relatório. Passou depois a tecer alguns comentários aos números apresentados na página 2 do relatório, pedindo explicações, face à discrepância encontrada em termos de valores. Referiu-se depois aos valores apresentados referentes a apoios aos clubes e associações desportivas, dizendo que o Centro Cultural e Recreativo do Alqueidão da Serra, tem uma classe de ginástica há mais de 30 anos e nunca teve qualquer apoio. Terminou dizendo que continua à espera de uma reunião por causa do Futebol Sénior.

-----**Júlio Vieira** voltou a pedir a palavra na sequência da intervenção de **Antonio Pereira Carvalho**, dizendo, no que diz respeito ao Regulamento de Apoio às Coletividades, que durante anos o apoio que a Câmara dava à Associação Desportiva Portomosense era cortar as silvas do campo, embora já nessa altura se dissesse que a Câmara dava muito dinheiro àquela associação. Continuou dizendo que faz todo o sentido que a Câmara apoie esses clubes à semelhança do que fazem os municípios aqui à volta.

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo que o relatório apresentado tem cinquenta folhas e que o seu objetivo é que os senhores deputados municipais não tenham dúvidas sobre o que o executivo anda a fazer. Quanto à

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

questão que Júlio Vieira levantou, disse tratar-se de uma situação que já transmitiu ao vereador tendo em conta a preocupação que lhe foi transmitida, inclusive pela Associação de Futebol de Leiria, estando neste momento na fase de reunir para fazer um protocolo com a Associação de Futebol de Leiria, na tentativa de retirar aos clubes o peso das inscrições, pelo que uma das partes do subsídio será pagar diretamente as inscrições e seguros à Associação de Futebol de Leiria. Quanto à classe de ginástica mencionada por Antonio Pereira Carvalho, disse que não tem conhecimento de que o CCR de Alqueidão da Serra tenha pedido qualquer apoio para esta classe. Quanto aos quatrocentos e quarenta mil euros que aquele também referiu, disse que estão enquadrados no orçamento, estando o mesmo a ser cumprido. No que diz respeito à receita, disse haver menos receita de fundos comunitários e menos receita de IMI, sendo este valor a menos, substancial, dizendo principalmente respeito a devoluções do parque eólico de Chão de Falcão – mais de setenta e cinco mil euros que tiveram que ser devolvidos, por ter o Estado entendido que aquele estava a pagar IMI a mais nos últimos cinco anos. Terminou pedindo ao senhor Vereador Rui Marto, na qualidade de natural e residente de Alqueidão da Serra que encerrasse a intervenção da Câmara.-----

-----Usando da palavra, o senhor **Vereador Rui Marto** agradeceu a todos os presentes dizendo-se muito feliz por terem decorrido, pela primeira vez, na sua freguesia, os trabalhos desta Assembleia Municipal.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, a Presidente da Assembleia Municipal, prosseguiu dizendo que, **a mesa da Assembleia propõe a aprovação em minuta das deliberações constantes dos pontos 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 da Ordem de Trabalhos**, dispensando a sua leitura. Submetida esta proposta a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

-----A senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 24.00 horas do dia 22 de junho e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_